

A tragédia no Colégio Goyases e a colonialidade da violência juvenil

Assis da Costa Oliveira¹

Escutei a informação de relance. Depois, uma amiga goiana mandou uma notícia que acabara de sair. No dia 20 de outubro de 2017, um adolescente de 14 anos, do 8º ano, entrou com uma arma de fogo no Colégio Goyases – escola particular localizada na cidade de Goiânia, estado de Goiás – e atirou em seus colegas de classe, matando dois e ferindo outros quatro. Então, corri para os noticiários gerais: GloboNews, Record e internet; depois, Jornal Hoje, BandNews e mais internet. Mais tarde, chegaram os especialistas e as entrevistas com pais e estudantes da referida escola. O que ouvi foram diferentes perspectivas de abordar as causas da conduta do adolescente qualificado de “atirador”: *bullying*; facilidade de acesso às armas de fogo em casa devido os pais militares; influência de outros massacres em escolas brasileiras e norte-americanas; (des)cuidado dos pais; negligência do serviço de segurança da escola; sociedade violenta; dificuldade de relacionamento; personalidade; etc. Então, vieram os pais das vítimas fatais, alguns deles falaram em perdão ao adolescente e em necessidade de maior cuidado e diálogo pela família. A professora, que estava na sala de aula e conseguiu convencer o adolescente a parar de atirar, narrou que não sabia se estava com mais pena das vítimas ou do adolescente que tinha cometido os crimes.

1 Professor de Direitos Humanos da Universidade Federal do Pará, *Campus* de Altamira. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília. Coordenador do Grupo de Trabalho “Direitos, Infâncias e Juventudes” do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais. Advogado. E-mail: assisdco@gmail.com

Em tudo isso, percorre o discurso de tentar compreender a conduta do adolescente a partir de diferentes causas e de sua trajetória de vida, que sinalizam um maior ou menor grau de responsabilização da família, da escola, da sociedade e do Estado. Estou também de acordo com estes posicionamentos, mas estranhamente percebo um consenso social diante de um tema (a violência juvenil) que, quando envolve sujeitos de recortes étnicorracial e socioeconômico distintos, costuma trabalhar mais pela lógica da dicotomia radical de posicionamentos, tendo, num dos pólos, a ênfase às consequências e à criminalização dos seus atos.

Gabriel Rocha Gaspar (2017), num *Justificando* com o título “Por que não somos todos Somália?”, apontava, inicialmente, o fato do massacre de centenas de pessoas na Somália em outubro de 2017, não ter obtido a solidariedade da comunidade internacional da mesma forma que os atentados na Europa e Estados Unidos, porque “culturalmente naturalizamos o sofrimento do pobre, preto, mulçumano e africano”. Considero que os mecanismos de naturalização do sofrimento de determinados sujeitos são parte das condições de produção da colonialidade nas sociedades ocidentais e colonizadas, ou seja, da reprodução de conhecimentos e relações de poder que justificam a inferioridade ou a subumanidade de determinados sujeitos, cujo recorte étnicorracial e socioeconômico, quando mesclado ao geracional e de gênero, tende a produzir efeitos ainda mais perversos de aceitação da violência e de dominação sobre seus corpos, identidades e conhecimentos.

Refiro-me, portanto, à dimensão geracional do poder colonial como fundamento tanto das violências sofrida e cometida, quanto das análises feitas sobre essas violências. Seu núcleo, como aponta Vázquez, está no modo como a colonialidade capturou e converteu o discurso adultocêntrico num dos mecanismos de justificação das relações de superioridade moral do sujeito colonial adulto para com os classificados como sujeitos não-adultos, sobretudo quando estes carregam recortes étnicorraciais.

Esto significa que el “discurso adultocêntrico” es parte del imaginario colonial y constituye una de las formas coloniales con-

temporáneas de mantener un centro hegemónico de poder. La mirada adultocéntrica (esa que hace de los jóvenes unos sujetos postergados eternamente) es una forma contemporánea de colonialidad... [E]s decir, el imperialismo colonial que sometió a los pueblos originarios de Abya-Yala cedió el paso a una colonialidad que hace posible la subsistencia de un imaginario colonial-imperial de poder que no sólo tiene rostro neoliberal sino que tiene rostro adulto (VÁZQUEZ, 2011, p. 3).

E, se no caso da juventude negra e pobre (ou indígena e pobre) esta fundamentação possibilita a desumanização dos sujeitos, a descartabilidade de suas trajetórias e a aceitação da lógica repressivo-punitiva para assegurar uma (ou, a única) resposta “justa” às consequências de suas condutas; no caso da manifestação de violências cometidas por adolescentes ou jovens com marcadores sociais hegemônicos (branco, classe média/alta, católico, etc.), a dimensão geracional do poder colonial passa a atuar pela ótica reversa, tentando compreender as causas e as responsabilidades alheias para com as condutas dos sujeitos.

Não quero, com isso, dar a impressão de rechaço às manifestações ocorridas por conta da violência no Colégio Goyases, muito pelo contrário. Ao entendê-las e me solidarizar a elas, também considero necessário trabalhar com o mesmo nível de debate quando a violência é cometida por adolescentes e jovens em outros contextos sociais, algo que não estamos exercitando na sociedade, na mídia e nos poderes da República.

Por isso, e estranhamente, esta ótica reversa pode nos ajudar a combater alguns elementos presentes no discurso padrão de análise da violência juvenil e a linha majoritária de atuação do Estado brasileiro. Até porque, o que estou defendendo é que haja uma maior sensibilização da opinião pública, da sociedade e do Estado para com as causas e as trajetórias de vida dos adolescentes e jovens que cometem crimes, pois sob suas condutas se escondem diferentes espectros de desigualdades, discriminações e violências que geram responsabilidades a terceiros, principalmente ao Estado, e nos ajudam a compreender tanto o que deve ser prevenido, quanto como melhor aplicar uma

sanção que vise a ressocialização (ou socioeducação, na linguagem dos direitos das crianças e dos adolescentes) destes sujeitos.

E por que isso? Por óbvio, porque caminhamos, como projeção futura de atuação estatal, para o acirramento da responsabilização e da punição individual às condutas, ao mesmo tempo em que pouco (ou quase nada) se considera das condições sociais de vida e de mecanismos alternativos de responsabilização dos sujeitos. Falo, por certo, dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, alguns exigindo a redução da maioria penal, outros a ampliação do tempo de internação dos adolescentes, em tudo apoiados pela bancada da bala, por grande parte da mídia e da sociedade. Mas, também, porque, na atualidade, milhares de adolescentes e jovens negros estão sendo exterminados em guerras civis não-declaradas em nossas cidades e bairros, tendo por algozes a Polícia ou os agentes em disputa pelo domínio do tráfico de drogas e de outros negócios ilegais. E são também assassinados ou criminalizados pelo simples fato de serem jovens, negros/indígenas e pobres, numa reunião de atributos socialmente estigmatizados.

E quais respostas serão dadas a estas questões? As mesmas que foram disseminadas no caso do adolescente do Colégio Goyases, ou seja, a análise das causas e das trajetórias de vida, ou a simples demonização dos sujeitos e reforço da lógica repressivo-punitiva de atuação socioestatal? Quero crer que a comoção social levantada por este caso possa nos ajudar a perceber a desigualdade das argumentações em jogo na discussão sobre a violência juvenil – ou seja, de como variamos a análise sobre a violência a partir da condição juvenil em jogo.

Porém, não estou defendendo a não responsabilização dos sujeitos, muito pelo contrário. Defendo, tanto no caso do adolescente do Colégio Goyases, quanto em outras violências juvenis, que os sujeitos sejam responsabilizados com as medidas já definidas nas normativas que prescrevem os direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens – desde que, efetivamente, estejam sendo materializadas em políticas públicas adequadas, o que não ocorre, por exemplo, com o Sistema Nacional de Socioeducação (SINASE), política de atendimen-

to holístico do adolescente infrator que não conseguiu sair do papel, ainda, na ampla maioria dos estados e municípios do país.

No entanto, espero mais. Acredito que somente isto não basta. É preciso ir mais a fundo, e buscar uma mudança das relações interpessoais e das desigualdades sociais, da forma como lidamos com a violência, a corrupção, as políticas públicas e, sobretudo, com a violência estrutural do modelo e do modo de vida capitalista.

Em suma, a tragédia do Colégio Goyases pode contribuir para repensarmos nossa análise sobre a violência juvenil – e muitas outras violências. Mas, se estivermos dispostos a rediscutir os fundamentos de nossas análises, abrindo um leque mais amplo de discussão sobre a condição peculiar de desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens, e a corresponsabilidade que a família, a escola, a sociedade e o Estado têm para com a construção e a socialização de seus vidas.

REFERÊNCIAS

GASPAR, Gabriel Gaspar. Por que não somos todos Somália? In: **Justificando**, 17 out. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/10/17/o-que-extrema-violencia-na-somalia-pode-nos-ensinar-sobre-empatia/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

VÁSQUEZ, Jorge Daniel. Imaginario moderno/colonial, resistencia epistemica e insurgencia juvenil. In: **Revista Telos**, 13(1), p. 65-69, 2011. Disponível em: <<http://www.urbe.edu/publicaciones/telos/index.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2015.